



23 DE AGOSTO

DIA DA INTENDÊNCIA

Entrevista com o Chefe do Centro de Controle Interno da Aeronáutica, Major-Brigadeiro Intendente Marcos Aurélio Pereira Silva, sobre a atividade de Intendência no âmbito do Comando da Aeronáutica.

Qual o cenário, na sua opinião, que os futuros Aspirantes Intendentes encontrarão ao longo de suas respectivas carreiras?

Com certeza, um cenário desafiador e, em consequência, extremamente gratificante, no qual o aprimoramento profissional será a chave primordial para o sucesso. A Intendência, devido ao grande conceito que possui perante o Alto-Comando e no âmbito do COMAER, está tendo novos desafios, como por exemplo as Chefias da CABE, das Bases Aéreas, das Adidâncias e do CAE, além de Assessores na Junta Interamericana de Defesa e no Colégio Interamericano de Defesa. Sendo assim, várias oportunidades estarão à disposição daqueles que se capacitarem para galgá-las. Ressalto que gostaria de estar no lugar desses privilegiados Oficiais Intendentes.

Quais são, em sua opinião, as principais qualidades, ou competências pessoais, que devem ser nutridas e aperfeiçoadas por um Oficial de Intendência?

Considerando os cenários profissionais de hoje – e também de um futuro que se avizinha cada vez mais rapidamente – acredito que o Oficial-Intendente deva mirar desafios constantemente, de forma a acumular experiências em torno de cada uma das dez competências, ou capacidades, às quais considero essenciais ao seu aprimoramento como especialista na função de prever e prover, quais sejam: (1) foco na missão; (2) planejamento e orga-

nização; (3) mentalidade de resolução de problemas; (4) gerenciamento de conflitos e antagonismos; (5) trabalho em equipe e colaboração; (6) relacionamento interpessoal; (7) aptidão para tecnologia; (8) responsabilidade e transparência na gestão; (9) foco em resultados e (10) mentalidade de inovação.

Ao longo da carreira, em que aspectos o Senhor verificou a evolução das atividades de Controle Interno no âmbito da Administração do COMAER?

O Sistema de Controle Interno mais estruturado e eficiente foi institucionalizado com a Constituição Federal de 1988. De lá para cá, o sistema vem acompanhando as evoluções normativas, jurisprudenciais, tecnológicas e, inclusive, sociais. Diversas legislações surgiram no período, como, por exemplo, as Leis de Licitações, de Pregão, de Responsabilidade Fiscal, e conduziram a Administração Pública para um nível maior de controle e acompanhamento da gestão. Novas modalidades e formas de licitações também surgiram, como o Regime Diferenciado de Contratação, o Pregão na forma eletrônica, dentre outros. O acompanhamento do controle externo, com atuação de órgãos como o Ministério Público e o Tribunal de Contas da União, intensificou-se e diversos entendimentos surgiram com vistas a conferir interpretações legislativas mais condizentes com a Constituição e suas regras e princípios, como a legalidade, a moralidade, a eficiên-

cia, a publicidade e a transparência pública. Atualmente, é possível observar uma relação de cooperação entre os órgãos de controle externo e interno, relação esta apoiada em sistemas advindos das constantes evoluções tecnológicas. Temos um acompanhamento bastante efetivo, em razão dos vários sistemas desenvolvidos, tais como: MÔNICA, SOFIA, ADELE e ALICE. Este último analisa diariamente o Diário Oficial da União e todos os editais e atas inseridas no Comprasnet e consegue detectar possíveis inconsistências nos processos administrativos de aquisição de bens e de contratação de serviços. No âmbito do CENCIAR, podemos constatar a evolução tecnológica nos trabalhos de auditoria e controle interno, com o planejamento, o desenvolvimento e a execução de Trilhas de Auditorias baseadas em pesquisas nos sistemas estruturantes do Governo Federal, comparando, por exemplo, informações de diferentes bases de dados para detectar possíveis inconsistências nos processos do COMAER. Além disso, é inegável que a circulação e a facilidade de acesso às informações tornam o controle social cada vez mais consciente de seu papel, o que também aumenta a nossa responsabilidade como órgão de controle interno.

O TCU dispõe de vários sistemas para viabilizar a fiscalização da Gestão Pública. Entre eles, utiliza o Sistema e-Pessoal para acompanhar os atos e fatos administrativos relacionados à Administração de Pessoal no COMAER. Em que medida a utilização desse Sistema pelas Organizações Militares do Comando da Aeronáutica contribui para mitigar os riscos referentes à ocorrência de não conformidades nos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadorias, reformas e pensões?

A partir da sua criação, em julho de 2016, as Organizações do COMAER passaram a utilizá-lo para o envio e registro de todos os atos de admissão e de concessão

de reformas, aposentadorias e de pensões naquela Corte de Contas, por intermédio do Centro de Controle Interno da Aeronáutica, responsável pela emissão de parecer quanto à sua legalidade. A utilização do sistema confere maior celeridade e qualidade das informações enviadas pelos Gestores de Pessoal ao CENCIAR e ao TCU. Dessa forma, reveste-se de grande importância no controle dos atos de pessoal, minimizando a ocorrência de não conformidades nos processos referentes à Administração de Pessoal.

Nos últimos anos, o Brasil tem sido instado a incentivar a participação das mulheres nas forças de paz como forma de promover a paridade de gênero. Nesse contexto, como o senhor vê a presença das oficiais intendentess nessas missões?

Acredito que as oficiais do nosso quadro, por força de suas características (resiliência, dedicação e empatia) podem contribuir com a produtividade, o rendimento e a eficácia em cada uma das Missões de Paz da ONU. Devemos lembrar que todas elas são acostumadas a desenvolver um intenso ritmo de trabalho em suas atividades diárias como gestoras. Nosso quadro possui hoje número expressivo de mulheres. Desde 2017, quatro oficiais já participaram de alguma forma em missão de paz, seja como Observadora Militar ou integrante de Estado-Maior (Staff Officer). Como podemos observar, estamos oferecendo nossa parcela de contribuição ao desafio lançado ao Brasil. Ressalto que nossas oficiais trazem, no retorno ao Brasil, uma larga experiência resultado da participação em uma missão real, onde o convívio com constantes desafios as torna mais preparadas para o cumprimento de suas futuras funções na Intendência.

As Forças Armadas vêm sendo seguidamente demandadas para atribuições subsidiárias, previstas em legislação específica, principalmente em apoio às atividades de defesa civil, em calamidades públicas, dentre outras. Dessa forma, como o Senhor analisa a participação da Intendência nesse cenário?

As chamadas “Atribuições Subsidiárias” exigem, de forma mais intensa, grande capacidade de resposta logística, alcançando elevados índices de aprovação da Sociedade.

Desse modo, contamos com o Grupamento de Apoio Logístico de Campanha (GALC), cuja missão é apoiar operações e exercícios desdobrados de interesse do Comando da Aeronáutica. Para destacar o engajamento nessa atividade, devemos citar o papel dessa Unidade na Operação COVID-19, para promover a produção e distribuição de refeições diárias aos caminhoneiros que trafegam pela SP-055, em local próximo ao Porto de Santos, no litoral paulista. Além do GALC, participam da ação os Grupamentos de Apoio dos Afonsos (GAP-AF) e de São Paulo (GAP-SP). Toda essa mobilização comprova o alto grau de prontidão de nossos militares para bem cumprir as missões dessa natureza, tão importantes para o enfrentamento de crises como a do novo Coronavírus.

Desde 2017, o Brasil busca conquistar uma vaga na OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, instituição que envolve as nações mais desenvolvidas do mundo. Sabemos que para ser membro da OCDE, o país deve ter as melhores práticas de governança. Desse modo, o tema entrou definitivamente na agenda nacional. Nesse contexto, em que medida o Senhor acredita que a Intendência da Aeronáutica pode contribuir com o aprimoramento da Governança no âmbito do COMAER?

Esse assunto tem merecido toda a nossa atenção. Sensível a sua importância para o Comando da Aeronáutica, e porque não dizer para o próprio Brasil, tomamos a iniciativa de promover, em conjunto com o EMAER, no ano passado, um Seminário para debater o tema. Devemos lembrar que as boas práticas de governança viabilizam o alcance dos objetivos traçados pela nossa Força. Temos oficiais

intendentes atuando em “Assessorias de Governança”, em Unidades distribuídas em todos os Órgãos Setoriais da FAB. Esses militares têm sido continuamente capacitados em temas correlatos, especialmente no que tange às áreas de “gestão de riscos” e de “planejamento estratégico”. Para ampliar os resultados, apostamos na utilização dos recursos de EAD. Adicionalmente, acreditamos que um Órgão de Auditoria Interna, como é o caso do CENCIAR, tem um papel de fomentador da governança, com um olhar voltado ao futuro, na medida em que contribui para que nossas Unidades possam alcançar seus objetivos.

Em sua ótica, como Chefe do CENCIAR, quais seriam os principais aspectos da gestão pública a serem aprimorados pelas Unidades do COMAER na atualidade?

Acredito que cada vez mais a Sociedade tem exigido dos gestores públicos maior zelo e transparência no trato da Coisa Pública. Neste sentido, um dos maiores desafios dos gestores é implementar a Gestão de Riscos nas suas organizações, no sentido de prevenir a ocorrência de incertezas que afetem o alcance dos objetivos estratégicos. Para isso, investimos na conscientização do efetivo das Unidades, por meio de cursos e palestras, visto que essa atividade requer o envolvimento de todos, desde o Ordenador de Despesas, que autoriza a compra de bens de consumo, até o soldado do almoxarifado que tem a função de fornecer esses itens internamente, por exemplo. Assim, com um minucioso acompanhamento do Plano de Gestão de Riscos, nossas organizações passam a ser menos vulneráveis às intempéries inerentes à Gestão Pública, propiciando um melhor emprego dos recursos disponíveis. Ademais, faz-se necessário atender de forma plena as exigências legais dos Órgãos de Controle, a fim de proporcionar à Sociedade informações mais precisas e palatáveis a respeito da aplicação dos recursos públicos, visando a fortalecer a *Accountability* no COMAER.

Em razão do Aprimoramento da Reestruturação, em curso no âmbito do COMAER, qual o horizonte que se vislumbra para assunção de cargos destinados aos Oficiais Superiores do último posto do QOINT?

A evolução verificada deve ser vista com otimismo e como uma forma de aperfeiçoamento da Governança dos processos, bem como do nosso papel no âmbito do COMAER. Assim sendo, as modificações de cargos que ainda estão ocorrendo permitirão ao Oficial Intendente, no posto de Coronel, ampliar o seu escopo de atuação, assumindo posições de destaque nos comandos de Bases Aéreas e contribuindo sobremaneira para o cumprimento das missões do COMAER, o que representou mais uma quebra de paradigma.

Com a publicação da Portaria DIRAP nº 74/IPCI, a prova de vida anual dos Veteranos e Pensionistas Militares poderá ser feita através de e-mail e do aplicativo Whatsapp. Como o Senhor analisa essa situação?

A Portaria Normativa nº 51/MD, de 21 de dezembro de 2017, já apresentava uma série de possibilidades aos Veteranos e Pensionistas Militares em relação à apresentação anual para prova de vida. Com o advento da pandemia do COVID-19, verificamos o aumento significativo da utilização da Internet e dos aplicativos dos smartphones. A utilização dessas ferramentas facilitará a vida daqueles que prestaram excelentes serviços ao Comando da Aeronáutica. Lembro que a Intendência sempre esteve na vanguarda, seja na implantação dos pagamentos por meio da utilização da tecnologia da informação ou nos sistemas informatizados dos reembolsáveis.

Brigadeiro, o ano de 2020 está sendo um ano com inúmeros desafios para a Força, dentre esses, citamos a Reestruturação da Carreira advinda da Lei nº

13.954. Nesse contexto, qual foi a atuação da Intendência nesse processo?

Trata-se de uma pergunta bastante oportuna, pois a Reestruturação da Carreira prevista na Lei 13.954/2019 é um “divisor de águas” na carreira militar. O reconhecimento da Sociedade com a implantação do Sistema de Proteção Social Militar é um marco da nossa carreira. E a Intendência não poderia deixar de estar presente nesse momento tão importante para nós. Desde o início, contribuiu com inúmeros estudos e assessoramentos oportunos, procurando sempre somar esforços junto aos demais órgãos da Força, do MD e do Governo, sendo essa interoperabilidade primordial para o êxito desse processo. Além disso, nossos Intendentes da área de pagamento de pessoal estão de parabéns. Foram incansáveis e proativos de forma a esclarecerem e implantarem os novos direitos, advindos da promulgação da nova Lei, para todos os Militares da Ativa, os Veteranos e os Pensionistas da FAB, a contar de janeiro desse ano, e também os mais recentes em julho, mantendo o legado dos nossos Veteranos da Intendentes de “regularidade e pontualidade” no Sistema de Pagamento de Pessoal.

Um dos aspectos relacionados à área de recursos humanos que reconhecidamente contribuem para a manutenção do moral da tropa, além de representar fator de grande relevância para o estabelecimento de um ambiente social agregador e o bem-estar geral de todo o efetivo, diz respeito ao provimento de uma alimentação saudável e adequada às necessidades nutricionais do militar. Sobre essa matéria, o Senhor poderia nos apresentar um panorama geral sobre ações, realizações e projetos afetos ao Sistema de Subsistência da Aeronáutica?

Sem dúvida, a área de alimentação no âmbito das Forças Armadas representa fator preponderante para a manutenção do

condicionamento e do bem-estar dos efetivos apoiados. Em um sentido mais amplo, podemos afirmar que se trata de questão primordial para a sustentação de um estado permanente de prontidão da tropa, em vista da missão atribuída aos militares, seja no que tange à defesa da Pátria e à garantia dos poderes constitucionais, seja em relação ao cumprimento das missões subsidiárias, como, por exemplo, ações de Garantia da Lei e da Ordem. Atualmente, são 62 (sessenta e dois) Ranchos distribuídos no território nacional, responsáveis pelo atendimento a aproximadamente 73.000 beneficiários por dia, sob a coordenação, o acompanhamento e o controle das ações decorrentes executadas pela Subdiretoria de Abastecimento (SDAB), subordinada à Diretoria de Administração da Aeronáutica (DIRAD). Nesse sentido, a SDAB vem executando, desde meados de 2017, o PROJETO ALIMENTAR, concebido e estruturado para abranger o desenvolvimento da atividade de subsistência com ações e metas direcionadas a investimentos em 7 (sete) pilares fundamentais: infraestrutura, materiais e equipamentos, processos, recursos humanos, recursos orçamentários, ferramentas de gestão e legislações, de forma a se buscar, tanto quanto possível, um padrão de excelência nos serviços de subsistência prestados por todos os Ranchos da Força Aérea.

No que tange aos fardamentos, como a Administração vem trabalhando para agregar maior qualidade aos uniformes da Força Aérea?

Alinhada à missão primordial de “prever para prover”, a Intendência da Aeronáutica vem trabalhando ao longo dos anos em busca do aprimoramento contínuo dos fardamentos, como forma de aumentar a qualidade e garantir o padrão de apresentação dos nossos militares. Na busca continuada por materiais, modelos e processos de fabricação que venham a agregar maior conforto e durabilidade, melhor aparência e melhor custo de aquisição aos uniformes e peças, o COMAER

conta agora com uma importante parceira estratégica: a rede SENAI-CETIQT. O objetivo dessa parceria é trazer o melhor da tecnologia disponível aos nossos uniformes, com vistas à evolução dos padrões de qualidade, de desempenho, de funcionalidade e durabilidade das peças, além do aumento dos padrões de conforto do usuário, e, ainda, desenvolver um padrão de modelagem específico para os uniformes da Força Aérea, a serem adotados por todos os fornecedores.

Para vencer esse desafio, a SDAB vem trabalhando para a evolução das ferramentas disponíveis e a capacitação técnica do seu pessoal, destacando-se, em especial, a criação de moldes para corte eletrônico e padronização de grades de medidas.

As Forças Armadas vêm sendo seguidamente demandadas para atribuições subsidiárias, previstas em legislação específica, principalmente em apoio às atividades de defesa civil, em calamidades públicas, dentre outras. Dessa forma, como o Senhor analisa a participação da Intendência nesse cenário?

A participação da Intendência em atendimento a cenários de crise, como em desastres naturais, calamidades, acidente aéreos, operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), e missões que exigem atuações fora de sede, tem sido conduzida, em grande medida, pelo Grupamento de Apoio Logístico de Campanha (GALC). Criada no final de 2018, e subordinada diretamente ao Diretor da DIRAD, é uma Organização Militar totalmente vocacionada para suportar logisticamente operações e exercícios militares desdobrados do interesse do COMAER, sejam humanitárias e interagências, sejam com as demais Forças Singulares, inclusive fora do país. Como exemplo desses recentes envolvimento da Intendência, podemos citar os ocorridos durante a pandemia do COVID-19. O GALC foi acionado para atuar na “Operação Regresso à Pátria Amada Brasil” - recebimento dos repatriados vindos da Wuhan, China - realizada na Ala 2

(Anápolis). Nesta missão, foi o responsável por prover toda a alimentação aos repatriados, militares e civis, no interior da área isolada, de 09 a 24 de fevereiro, durante o período de quarentena até seu final. Outra missão, ainda sob a égide da pandemia, foi a “Operação Porto de Santos”, cujo o propósito era evitar o desabastecimento dos grandes centros urbanos, melhorando a condição de trabalho dos caminhoneiros que trafegam pelo Porto de Santos, o maior do país. Fornecendo duas alimentações diárias, o GALC empregou como base avançada a Base Aérea de Santos (BASP), sendo apoiada por outras 17 OM, na sua maioria subordinadas à SEFA. Dessa forma, o GALC é reconhecido como uma Organização estratégica, na medida em que permite à FAB atuar com segurança e independência, em qualquer lugar, bem como contribuir para que o Comando da Aeronáutica atenda às demandas que a sociedade necessita, particularmente em situações de crise.

Outro desafio no qual a Intendência da Aeronáutica estaria envolvida é o BREVET. O que vem a ser esse Projeto?

Sob uma visão empreendedora e desafiadora da Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica, a Intendência vem estruturando mais um novo Projeto da Força. A PIPAR, ainda este ano, estará se transferindo para o lendário Campo dos Afonsos. Essa mudança proporcionará maior assistência e celeridade nas demandas de pagamento de pessoal dos nossos Veteranos e Pensionistas. Uma nova e dinâmica estrutura estará sendo implantada no berço da aviação militar, nominada carinhosamente de BREVET - Base de Recepção dos Veteranos. Uma filosofia de trabalho inovadora da PIPAR, com instalações renovadas e uma concepção moderna de acolhimento social, valorizando “aqueles que no passado fizeram tanto pela Força Aérea Brasileira”.